



**PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

INSPETOR DE ALUNOS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 40 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números **01** a **03**.



(Bill Watterson. *O essencial de Calvin e Haroldo*, 2018)

01. O efeito de humor da tira deriva, principalmente, do fato de que

- (A) o garoto sente-se aflito por ter de apresentar um trabalho para seus colegas.
- (B) a professora deu um prazo para os alunos que é difícil de ser cumprido.
- (C) o garoto desabafa com um tigre que não sabe como funciona uma escola.
- (D) o garoto acha que o prazo mais longo é para preocupar os alunos.
- (E) o trabalho tem etapas complexas demais para serem apresentadas em pouco tempo.

02. A frase do 4º quadro pode ser substituída, mantendo o sentido original e a correção gramatical, por:

- (A) Ela sabe que vamos deixar para fazer na última hora e mesmo assim dá três dias a mais para que nos preocupemos.
- (B) Ela sabe que vamos deixar para fazermos na última hora e mesmo assim dá três dias a mais para que se preocupe.
- (C) Ela sabe que a gente vai deixar para fazermos na última hora e mesmo assim dá três dias a mais para que a gente se preocupemos.
- (D) Ela sabe que a gente vai deixar para fazer na última hora e mesmo assim dá três dias a mais para nos preocuparem.
- (E) Ela sabe que a gente vamos deixar para fazer na última hora e mesmo assim dá três dias a mais para nos preocuparmos.

03. No 3º quadro, os vocábulos destacados expressam, respectivamente, os sentidos de

- (A) quantidade e intensidade.
- (B) dúvida e modo.
- (C) intensidade e negação.
- (D) negação e afirmação.
- (E) modo e dúvida.

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 08**.

Em regra, idealizamos nossos profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicoterapeutas, a lista é longa). Quando os consultamos, levando-lhes nossas dores, depositamos neles toda nossa confiança, porque imaginamos, supomos que eles saibam sobre nós e nossos males exatamente o que é preciso para que eles possam nos curar. É bem possível que essa confiança seja excessiva, mas, mesmo em seu excesso, ela é útil para que um tratamento funcione.

Acreditar no médico que nos prescreve um remédio não é tudo, claro; ainda é preciso que ele prescreva o remédio certo. Mas é bem provável que, para quem acredita em seu médico, aumentem as chances de que o remédio prescrito seja eficaz, de que o paciente não caia na percentagem estatística dos que (sempre existem) não obtêm efeito algum com o remédio.

A importância da confiança para que os tratamentos funcionem vale provavelmente para todas as profissões da saúde. E vale mais ainda no caso da psicoterapia.

Então, por que o psicoterapeuta não poderia esperar o tipo de vínculo duradouro e afetivo que garante panetões, vinho e outros presentes nas festas? Porque nenhuma psicoterapia, seja ela qual for, deveria almejar a dependência do paciente. Transformar a confiança inicial numa eterna admiração e gratidão seria como substituir uma doença por um vício: você não tem mais pneumonia, mas tem uma necessidade visceral de tomar e venerar antibióticos. De fato, se a psicoterapia faz seu efeito, o paciente para de idealizar o terapeuta.

Há terapeutas que, aparentemente, cultivam o amor, a admiração e a gratidão de seus pacientes acima de tudo. Eles parecem se importar mais com isso do que com a eficácia dos tratamentos. Ou seja, há terapeutas que escolheram a profissão com uma boa dose daquela vontade de ser amado e admirado, a mesma que talvez seja uma contraindicação para o exercício da profissão.

(Contardo Calligaris. *Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos*. Paidós, 2021)

04. O autor do texto afirma que a idealização dos profissionais de saúde em geral

- (A) é um fenômeno indesejável, embora ocorra com alguma frequência em diversos tratamentos.
- (B) faz com que os pacientes não conversem abertamente com os profissionais, dificultando o tratamento.
- (C) é benéfica, mas pode trazer dificuldades como a falta de confiança nos efeitos dos remédios.
- (D) aumenta as chances de sucesso do tratamento, mesmo que o remédio prescrito esteja errado.
- (E) ajuda a estabelecer uma relação de confiança que é importante para o que o tratamento dê certo.

05. Segundo o autor, no caso específico da psicoterapia a idealização

- (A) ajuda a prolongar o tratamento e, por isso, deve ser mantida por tempo indeterminado.
- (B) encerra-se com os efeitos do tratamento, já que o psicoterapeuta não trabalha para manter dependente o paciente.
- (C) é benéfica no início, mas pode causar uma série de efeitos colaterais, como o vício em antibióticos.
- (D) ocorre como efeito do amor e da gratidão que alguns terapeutas possuem por seus pacientes.
- (E) diferencia a psicoterapia dos outros tratamentos de saúde, nos quais não ocorre uma idealização tão forte.

06. No 4º parágrafo, o vocábulo 'almejar' tem como sinônimo, no contexto em que foi utilizado, a palavra

- (A) 'obrigar'.
- (B) 'dispensar'.
- (C) 'desejar'.
- (D) 'atrair'.
- (E) 'elaborar'.

07. Assinale a alternativa em que a vírgula isola uma expressão temporal

- (A) Em regra, idealizamos nossos profissionais da saúde... (1º parágrafo)
- (B) Quando os consultamos, levando-lhes nossas dores... (1º parágrafo)
- (C) ... você não tem mais pneumonia, mas tem uma necessidade visceral de tomar e venerar antibióticos (4º parágrafo)
- (D) ... se a terapia faz seu efeito, o paciente para de idealizar o terapeuta (4º parágrafo)
- (E) Ou seja, há terapeutas que escolheram a profissão com uma boa dose daquela vontade de ser amado... (5º parágrafo)

08. Assinale a alternativa em que o vocábulo em destaque se refere à palavra ou expressão indicada entre parênteses.

- (A) Quando **os** consultamos, levando-lhes nossas dores... (nossos profissionais da saúde) – 1º parágrafo.
- (B) Supomos que **eles** saibam sobre nós e nossos males... (os médicos e psicoterapeutas) – 1º parágrafo.
- (C) ... exatamente o que é preciso para que **eles** possam nos curar (nossos males) – 1º parágrafo.
- (D) ... não caia na percentagem estatística **dos** que não obtêm efeito... (medicamentos) – 2º parágrafo.
- (E) ... a **mesma** que talvez seja uma contraindicação para o exercício da profissão (gratidão) – 5º parágrafo.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

- (A) Sempre haverão terapias que durarão décadas, pois há pacientes e terapeutas que não querem finalizar o tratamento.
- (B) Vários tratamentos de saúde, não só a psicoterapia, também pode durar muitos anos sem efeitos permanentes.
- (C) A confiança em todos os profissionais de saúde, no contexto hospitalar, são úteis para os pacientes e suas famílias.
- (D) Naquela clínica, trata-se os pacientes com respeito e autonomia para preservar a eficácia do tratamento.
- (E) É necessário, em qualquer tratamento de saúde, que haja uma relação de confiança entre equipe e paciente.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase a seguir.

Para uma psicoterapia _____ distância, é preciso que o paciente e o terapeuta possam se conectar _____ internet e que haja um espaço silencioso e privado _____ possam recorrer.

- (A) à ... a ... a qual
- (B) à ... à ... ao qual
- (C) a ... à ... no qual
- (D) a ... a ... em que
- (E) à ... à ... para que

11. Uma escola possui, no total, 250 alunos, dos quais 18% apresentam alguma particularidade que demanda atenção especial por parte da gestão escolar, o que corresponde a

- (A) 18 alunos.
- (B) 27 alunos.
- (C) 36 alunos.
- (D) 45 alunos.
- (E) 54 alunos.

12. Um Agente Social Escolar está organizando sua agenda para visitar as famílias dos alunos de quatro turmas, as quais possuem, respectivamente, 30, 40, 45 e 50 alunos, todos de famílias diferentes. Como regra para marcação das visitas, em um mesmo dia, pode-se visitar apenas famílias de alunos de uma mesma turma; e em todos os dias de visita, o número de famílias visitadas deve ser o mesmo, independentemente da turma cuja família foi visitada. Se o Agente pretende visitar o maior número possível de famílias por dia, é correto afirmar que o número total de dias demandados para visitar as famílias de todas as turmas mencionadas corresponde a

- (A) 31.
- (B) 32.
- (C) 33.
- (D) 34.
- (E) 35.

13. O terceiro ano do Ensino Fundamental de uma escola possui certa quantidade de alunos. Se esses alunos forem divididos em grupos com 6 alunos em cada, será formado um grupo a mais do que os grupos que seriam formados se, em cada grupo, houvesse 7 alunos. Então, se 2 alunos da referida turma forem transferidos para outra escola, e os alunos remanescentes forem divididos em grupos com 4 alunos em cada, o número de grupos formados será igual a

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

14. A tabela a seguir apresenta as quantidades de faltas que o aluno Pedro Henrique teve em cada um dos quadrimestres que compuseram os anos letivos de 2021 e de 2022.

	2021	2022
1º quadrimestre	14	10
2º quadrimestre	22	x
3º quadrimestre	18	7

Ao final de 2021, a família do aluno recebeu a visita de um Agente Social Escolar, no sentido de aumentar a frequência escolar do aluno. Como resultado da visita, a média aritmética simples das faltas por quadrimestre, referentes ao ano de 2022, sofreu uma redução de 50%, quando comparada com a média aritmética simples das faltas por quadrimestre, referentes ao ano de 2021.

Com base nessas informações, é correto afirmar que o número x de faltas de Pedro Henrique no 2º quadrimestre de 2022 foi

- (A) 9.
- (B) 10.
- (C) 11.
- (D) 12.
- (E) 13.

15. Ao longo da realização de uma reforma em sua escola, Mauro fez duas compras em uma loja de materiais de construção. Na primeira, comprou 3 sacos de cimento e 4 sacos de areia, pagando o valor total de R\$ 121,10, e, na segunda, comprou 2 sacos de cimento e 1 saco de areia, pagando o valor total de R\$ 70,90, sendo que os preços unitários do saco de cimento e do saco de areia não mudaram da primeira para a segunda compra.

Com base nessas informações, é correto afirmar que, nessa loja, o saco de cimento foi vendido ao preço unitário de

- (A) R\$ 32,50.
- (B) R\$ 33,00.
- (C) R\$ 33,50.
- (D) R\$ 34,00.
- (E) R\$ 34,50.

16. Observe a imagem a seguir, contendo um atalho para a pasta Downloads de um computador com MS-Windows 10, em sua configuração padrão.



Ao acionar o atalho, o programa acessório que será aberto é

- (A) Internet Explorer.
 - (B) Google Chrome.
 - (C) Explorador de Arquivos.
 - (D) Remote Desktop.
 - (E) Bloco de Notas.
17. Por meio do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, um usuário criou um novo documento vazio, clicou com o botão principal do mouse nos ícones negrito, itálico e sublinhado e digitou a palavra Prefeitura, cujo resultado é visto na imagem a seguir.

Prefeitura/

Em seguida, apertou Enter e clicou com o botão principal do mouse em negrito e itálico e digitou a palavra Peruíbe.

Assinale a alternativa que apresenta o resultado final das ações descritas.

- (A) **Prefeitura**
Peruíbe/
- (B) **Prefeitura**
Peruíbe|
- (C) **Prefeitura**
Peruíbe/
- (D) **Prefeitura**
Peruíbe|
- (E) **Prefeitura**
Peruíbe|

18. A imagem a seguir mostra uma planilha elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, em que um agente social escolar quer controlar o número de alunos que faltaram em cada dia de uma semana específica.

	A	B
1	Dia	Faltas
2	Segunda	3
3	Terça	2
4	Quarta	2
5	Quinta	3
6	Sexta	5
7		
8	Média	3

Após digitar todos os valores das linhas de 1 a 6, o agente inseriu na célula B8 a fórmula _____ para calcular a média de faltas da semana(5 dias lançados na planilha). Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado, de acordo com os valores exibidos na planilha.

- (A) =MÉDIA(B2:B6)
 - (B) =MÉDIA(B2;B6)
 - (C) =MÉDIA(B1:B8)
 - (D) =MÉDIA(B1;B8)
 - (E) =MÉDIA(B2>B6)
19. Um agente social escolar deseja apresentar o calendário de atividades do semestre, para incentivar uma maior participação dos responsáveis nas atividades da escola. Para isso, preparou uma apresentação por meio do MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, contendo 5 slides, sem nenhum slide oculto, nem efeitos de animação ou transição.
- Ao iniciar a apresentação por meio do atalho F5, o usuário apertou Enter, depois Seta para direita, depois Espaço, depois Seta para baixo e, por fim, Seta para esquerda. Nesse momento, o slide sendo visualizado é o de número
- (A) 1
 - (B) 2
 - (C) 3
 - (D) 4
 - (E) 5
20. Um agente social escolar, ao navegar pelo site da Secretaria Municipal de Educação, decide adicionar a página sendo visualizada aos favoritos. Por meio do Google Chrome, versão 109, em sua configuração padrão, o atalho por teclado usado para adicionar uma página aos favoritos é:

- (A) Ctrl + F
- (B) Ctrl + D
- (C) Ctrl + J
- (D) Ctrl + H
- (E) Ctrl + W

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Na Lei Federal nº 9.394, de 20.12.96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são expressos, no artigo 3º, os princípios pelos quais o ensino deve ser ministrado. Dentre esses princípios estão:

- (A) vinculação escola, família e sociedade; gestão democrática do ensino, inclusive das instituições particulares atrelada ao Ministério da Educação.
- (B) valorização dos profissionais do magistério desde a educação básica; gratuidade do ensino público na educação básica na modalidade normal.
- (C) igualdade de condições de acesso, permanência e continuidade do ensino até o nível superior; consideração da diversidade e todas as formas de expressão.
- (D) garantia de padrão de qualidade; respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.
- (E) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a educação e a cultura, o pensamento e a diversidade religiosa; respeito à liberdade de expressão e tolerância.

22. A gestão democrática é mencionada em diversos documentos que discutem os princípios pelos quais a educação deve acontecer em diferentes instâncias. No documento Profuncionário – Disciplinas de Formação Técnica em Secretaria Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, Araújo (2000) afirma que a gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino torna-se um processo de construção da cidadania emancipada. O autor diz que são quatro os elementos indispensáveis a uma gestão democrática e, dentre eles, cita:

- (A) autogoverno, transparência e emancipação.
- (B) participação, emancipação política e respeito.
- (C) participação, pluralismo e autonomia.
- (D) qualidade, disciplina e autonomia.
- (E) transparência, cidadania e respeito.

23. Mara, inspetora de alunos, observou que todos os dias, na hora de entrada, uma senhora coloca, deliberadamente, sua filha à frente de uma criança, dizendo que ela tem prioridade por não ser igual à outra, referindo-se à sua nacionalidade estrangeira. Segundo entendimento de Mara, a ação da senhora pode ser caracterizada como discriminação, em virtude do que está exposto na Lei nº 12.288, de 20.07.2010 – Estatuto da Igualdade Racial. Segundo essa Lei, inciso I do parágrafo único, artigo 1º, a discriminação racial ou étnico-racial pode ser definida como

- (A) inclusão de pessoas estrangeiras, com cor de pele diferenciada e religiões distintas, em espaços de privilégio para suprimir as desigualdades.
- (B) distinção provocada entre pessoas semelhantes, mas que se reconhecem ou se declaram diferenciadas por razão de cor, raça, religião ou origem.
- (C) situação de desigualdade política e ideológica que provoque constrangimento explicitado por meio de palavras e/ou ações, com o sentido ainda de sobrepor à sua forma de ser, pensar e agir.
- (D) distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento de direitos e liberdades.
- (E) situação justificada de violação dos direitos humanos, em que as variáveis de raça/etnia, gênero, classe social e miserabilidade afetam cidadãos de todas as idades.

24. A Lei nº 12.288, de 20.07.2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, em seu artigo 4º, menciona a participação negra em condições de igualdade de oportunidade em diferentes esferas da vida. Uma das formas de participação será promovida pelo implemento de programas de ações afirmativas. Conforme o parágrafo único do inciso VII, esses programas de ação afirmativa constituir-se-ão em

- (A) políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades e demais práticas discriminatórias adotadas durante o processo de formação social do País.
- (B) meios pelos quais se visa à reparação histórica relativa ao processo de escravidão que assolou o Brasil, prioritariamente nas últimas décadas.
- (C) formas de a população compreender a importância dos indígenas para o processo de miscigenação no país, fazendo cada cidadão se reconhecer como descendente desse povo.
- (D) garantias de incentivo a empresas, escolas e outras instituições para compreender e obter subsídios financeiros para estudo e ampliação cultural.
- (E) valorização, por diferentes vias de comunicação, sobre a relevância da diversidade cultural no que tange ao cenário nacional, bem como ao mundial.

25. O artigo 12º da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, menciona uma série de incumbências dos estabelecimentos de ensino relacionadas à dinâmica, funcionamento e organização das escolas e das ações de seus profissionais. Dentre essas incumbências, estão relacionadas nos incisos X e XI:
- (A) elaborar e administrar sua proposta pedagógica com participação dos estudantes e familiares; educar as famílias e comunidade através de processos de integração da sociedade com a escola.
 - (B) estabelecer ações destinadas a promover a cultura da paz nas escolas; promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas.
 - (C) zelar pelo cumprimento do plano de aulas dos professores de cada disciplina escolar; assegurar a frequência dos alunos dispondo de estratégias de busca ativa para garantia do cumprimento dos dias letivos.
 - (D) administrar seu pessoal docente e colaboradores e seus recursos materiais e financeiros; zelar pela manutenção do prédio escolar providenciando as adequações necessárias para o atendimento de pessoas com deficiências.
 - (E) notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% (cinquenta por cento) do percentual permitido em lei; prover meios para a recuperação dos alunos com deficiências e de menor rendimento.
26. A Lei nº 13.146, de 06.07.2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, é destinada a assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Nos diferentes incisos do artigo 3º dessa lei, estão considerados os elementos que devem servir à sua aplicação. Dentre esses elementos, está mencionado, no inciso XIII, o profissional de apoio escolar, que, segundo ali consta, é pessoa que exerce atividades de
- (A) acompanhamento a pessoas com deficiência, podendo ou não exercer atividades de atendente pessoal, com exceção das desempenhadas por profissão habilitada para tal.
 - (B) alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e que atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino.
 - (C) estruturação dos espaços escolares para atender as necessidades individuais de cada estudante com deficiência, sem, contudo, excluir o uso desses materiais por pessoas sem deficiências.
 - (D) acompanhamento ao estudante no ambiente escolar e fora dele, em atendimento escolar e médico quando realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
 - (E) acompanhamento, sendo membro da família ou não, da pessoa com deficiência em suas atividades escolares e extraescolares, mediante pagamento de remuneração específica.
27. Soraia, inspetora de alunos, é membro representante dos funcionários no Conselho Escolar. Em uma dada reunião, um dos presentes, indignado com uma atitude agressiva de um dos alunos com deficiência mental, que já havia se portado da mesma forma em outra situação, sugeriu sua expulsão. Soraia, que havia estudado os aspectos relevantes de um acompanhamento ético e propositivo do processo educativo na escola visando a uma educação emancipadora, presente no documento Profuncionário – Disciplinas de Formação Técnica em Secretaria Escolar – do Ministério da Educação e Cultura, lembrou os presentes na reunião do Conselho Escolar que, em vez de expulsar o estudante, deveriam ponderar que cabe à escola atuar considerando
- (A) a solidariedade e a inclusão social.
 - (B) a aprendizagem e a avaliação classificatória.
 - (C) o fracasso escolar e as normativas.
 - (D) a disciplina e o acolhimento.
 - (E) a vulnerabilidade social e a inclusão.
28. O Fundo das Nações Unidas (UNICEF) com outros organismos intersetoriais desenvolveu um Programa que visa identificar crianças e adolescentes que estão fora da escola e acionar diferentes áreas para a garantia da matrícula e frequência às aulas. Esse Programa, que é uma metodologia social e uma plataforma gratuitas, é denominado de
- (A) Fora da Escola Não Pode.
 - (B) Comitê Gestor Municipal.
 - (C) Comitê Gestor Intersectorial.
 - (D) Busca e Mapeamento Ativos.
 - (E) Busca Ativa Escolar.
29. O artigo 59 da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, menciona que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação alguns elementos. Esses elementos, recursos, princípios e ações têm como objetivo promover a Educação Especial, e, dentre eles, estão citados no inciso I:
- (A) acesso especializado aos benefícios de programas diferenciados para as escolas especiais.
 - (B) cuidados e recursos disponíveis no Sistema Único de Saúde Pública (SUS).
 - (C) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos.
 - (D) professores de nível superior pós-graduados na área de deficiências específicas.
 - (E) programas que visem à inserção em igualdade de condições no mercado de trabalho.

30. Conforme descrito na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), família, comunidade, sociedade em geral e o poder público devem assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação de direitos às crianças e adolescentes. Dentre eles, estão expressos no artigo 4º os direitos referentes
- (A) à proteção, ao acesso ao trabalho, aos bens de consumo essenciais.
 - (B) ao atendimento no serviço público, ao desenvolvimento, à religião.
 - (C) ao atendimento psicossocial, à liberdade e ao apreço à tolerância.
 - (D) ao ensino e aprendizagem, ao diálogo, à comunicação afetiva.
 - (E) à saúde, à alimentação, à educação e à convivência familiar e comunitária.
31. Ivonete, inspetora de alunos, fazendo a entrada dos estudantes no portão da escola, observou ao longe que a mãe de um aluno do quarto ano o trazia pelo braço, lhe dando alguns tapas que acabaram por lhe marcar o rosto, deixando-o constrangido ao adentrar à escola. Ivonete contata a direção que comprova o rosto machucado do menino, considerando que houve ali um desrespeito ao que está exposto no artigo 18A da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que menciona, dentre outros aspectos, que
- (A) a criança e o adolescente têm direito a ser educados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina ou educação.
 - (B) os pais têm o direito de aplicar correções e castigos físicos aos filhos desde que não lhe deixem marcas, hematomas ou outros machucados visíveis em seu corpo.
 - (C) a criança e o adolescente têm direito à ampla defesa no caso de cometerem algum erro, e, comprovado o delito, os pais não devem exercer a força física junto aos filhos.
 - (D) a criança e o adolescente têm direito à proteção da família que, quando julgar as ações desses equivocadas, devem recorrer a profissional especializado para ajustar a conduta.
 - (E) o descontrole dos adultos não deve jamais se voltar contra quaisquer crianças ou adolescentes, salvo em casos graves e comprovados de delitos que requeiram a notificação à autoridade.
32. No Caderno 11 do documento denominado Profuncionário – Disciplinas de Formação Técnica em Secretaria Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, encontra-se um convite à reflexão sobre a função da escola e a busca pelo sentido de sua existência. Após algumas considerações sobre diversos entendimentos, chega-se à conclusão de que a escola possui uma tripla função. Essa tripla função é, segundo o texto,
- (A) cultural, política e econômica.
 - (B) pedagógica, cultural e social.
 - (C) social, política e pedagógica.
 - (D) histórica, social e pedagógica.
 - (E) política, pedagógica e econômica.
33. Marta, inspetora de alunos, observou a dificuldade de um aluno com deficiência para entrar e sair do laboratório de informática, em virtude de a rampa de acesso ter uma inclinação muito acentuada. Informou então à direção da escola o que ocorria, o risco a que o aluno estava exposto e a necessidade de adequar a rampa, para que ele pudesse manejar sozinho a sua cadeira de rodas. A observação de Marta está de acordo com o que descreve o artigo 3º da Lei nº 13.146, de 06.07.2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Segundo o inciso I do artigo 3º dessa Lei, a acessibilidade se define, entre outros aspectos, como
- (A) produtos, técnicas, recursos e dispositivos que ofereçam à pessoa com deficiência a possibilidade de utilização de qualquer espaço e equipamento público, ou privado, com o mínimo de ajuda possível.
 - (B) qualquer entrave, atitude ou comportamento que limite apenas parcialmente a participação física e civil da pessoa com deficiência, bem como a fruição dos espaços a que tem direito de acesso limitado ou desimpedido.
 - (C) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.
 - (D) atitudes ou comportamentos que facilitem a comunicação oral ou escrita, falada ou por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) a pessoas surdas, surdo-cegas ou com deficiências múltiplas e sensoriais.
 - (E) componente de obra de urbanização e elementos arquitetônicos que visem ao ir e vir de quaisquer pessoas com deficiências, sejam elas de caráter físico, mental, cognitivo, sensorial ou tátil.

34. Em uma situação de conflito ocorrida entre um adolescente e um adulto em uma escola, achou-se por bem chamar apenas o adulto para verificar o motivo do ocorrido. Após a escuta, foi aplicada ao estudante uma sanção que impedia seu acesso à escola. Em uma situação como essa, é correto afirmar, pautando-se no artigo 16 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que houve uma violação do direito à liberdade. Esse direito compreende diversos aspectos descritos no artigo 16, dentre os quais estão:
- (A) ter preservada a sua imagem; calar-se diante de exposição impositiva de agente público.
 - (B) ir e vir e estar em logradouros público e espaços comunitários; opinião e expressão.
 - (C) encaminhamento psicológico; inserção em cursos e programas de orientação psicossocial.
 - (D) acessar a escola pública; denunciar maus-tratos recebidos com apoio jurídico.
 - (E) participação em clubes e entidades que cuidem da inserção social; educação humanitária.
35. Em uma situação ocorrida entre alunos na escola, Marcelo, o inspetor de alunos, colocou dois alunos em conflito separados durante o recreio, de modo a que todos os demais estudantes tomassem sua ação como exemplo de restauração da disciplina. Ocorre que, segundo exposto no artigo 18B da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, caso o faça utilizando força física ou os exponha a qualquer tratamento degradante, está sujeita a medidas aplicadas de acordo com a gravidade dos casos. Dentre as medidas previstas para serem aplicadas pelo Conselho Tutelar, expressas no inciso III do artigo 18 B, inclui-se
- (A) a suspensão sumária das atividades, sem recurso ou remuneração.
 - (B) o encaminhamento ao Conselho Tutelar e processo administrativo.
 - (C) o encaminhamento a cursos ou programa de orientação.
 - (D) a aplicação de multa e encaminhamento a ações de apoio a vulnerável.
 - (E) o encaminhamento aos órgãos ligados à assistência familiar ou profissional.
36. Segundo encontra-se descrito no documento Busca Ativa Escolar – a implementação no município, são várias as pessoas envolvidas nessa metodologia de identificação de crianças e jovens fora da escola. Além do prefeito e dos supervisores, outras pessoas participam com funções específicas. Dentre essas funções, quem participa fazendo busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono escolar e enviando alertas, segundo o documento de Busca Ativa, são os
- (A) coordenadores estaduais.
 - (B) técnicos assistentes.
 - (C) grupos operacionais.
 - (D) agentes comunitários.
 - (E) supervisores regionais.
37. O inciso VI do artigo 206 da Constituição Federal/88 cita a gestão democrática do ensino público, na forma da lei, como um dos aspectos que fazem parte dos
- (A) objetivos e metas da Educação Nacional.
 - (B) deveres do Poder Público na gestão escolar.
 - (C) compromissos das escolas públicas e privadas.
 - (D) processos participativos voltados ao corpo docente da escola.
 - (E) princípios pelos quais o ensino deve ser ministrado.
38. Renata, inspetora de alunos, em sua prática diária sempre conversa com os estudantes incentivando-os a participar das decisões que a equipe escolar toma, por meio de órgãos como o Grêmio Estudantil e o Conselho de Escola. Renata age dessa maneira porque aprendeu que o ensino deve se pautar por princípios. Conforme está registrado no documento Profuncionário – Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola,
- (A) a gestão democrática, como princípio, só ocorre em alguns momentos da escola, e por isso os estudantes devem impor sua presença.
 - (B) a participação é condição básica para a gestão democrática: uma não é possível sem a outra.
 - (C) gestão democrática e participação são ideias que apenas os ilusionistas da educação devem perseguir.
 - (D) o pluralismo de ideias deve ser a mola propulsora da participação dos alunos na direção da escola e no plano de aula dos professores.
 - (E) direção, coordenação e docentes devem atender às exigências dos alunos porque eles sempre sabem o que é melhor para eles: isso é democracia.

39. Considere que José é servidor público do Município de Peruíbe e que exerce suas funções na Secretaria da Educação. Na sexta-feira, dia 14 de abril de 2023, ele retirou oito mesas de plástico e as respectivas cadeiras da repartição em que trabalha, transportou-as em seu veículo e as levou para sua residência, com o fim de serem utilizadas no aniversário de sua filha. Na segunda-feira, dia 17 de abril de 2023, ele devolveu todos os objetos retirados, em perfeito estado. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 175/2011, é correto afirmar que José

- (A) não incidiu em qualquer proibição, uma vez que devolveu as cadeiras e mesas em perfeito estado.
- (B) terá desconsiderada a falta cometida se tiver bons antecedentes,.
- (C) agiu lícitamente, já que não há expediente na repartição aos finais de semana.
- (D) agiu conforme determina a legislação, pois os bens foram devolvidos antes de três dias úteis.
- (E) cometeu uma conduta expressamente proibida.

40. Considere que Maria é servidora pública do Município de Peruíbe e que na última sexta-feira ela presenciou durante o expediente um ato do servidor Marcelo que se configura como abuso de poder. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 175/2011, é correto afirmar que Maria

- (A) deve encaminhar diretamente ao Prefeito denúncia anônima em face de Marcelo.
- (B) tem quarenta e oito horas para apresentar denúncia na corregedoria, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (C) deve encaminhar, pela via hierárquica, representação em face de Marcelo, a qual deve ser obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada.
- (D) só tem o dever de apresentar representação em face de Marcelo se tiver formação jurídica.
- (E) tem apenas o dever de informar a Marcelo que a conduta dele é inadequada.

